



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Intervenção de S. Excia o Ministro no seminário de 14 de Fevereiro de 2008, sobre o debate da proposta de lei de concorrência de Moçambique - Hotel Vip Maputo

Senhores representantes de parceiros de cooperação internacional,

Senhores representantes do sector público,

Senhores representantes do sector privado,

Senhores membros das instituições académicas,

Senhores representantes da sociedade civil e das associações dos consumidores,

Distintos convidados;

Minhas senhoras, meus senhores

É com grande satisfação que dou as boas vindas aos participantes a este debate público sobre a proposta de lei da concorrência. Àqueles que vieram de outros países e de outras partes do nosso país para connosco partilharem o seu conhecimento, os votos de que tenham uma óptima estadia em Maputo.

Em Julho de 2007, após um trabalho amplo e inclusivo o Conselho de Ministros aprovou a Política da Concorrência que emana a

necessidade de criação de um quadro legal e institucional que regule o regime geral da concorrência. A aprovação desta Política e o trabalho sequente de desenvolvimento da legislação resultou de:

- Reconhecemos que no país há ainda agentes que pautam por práticas comerciais discriminatórias que resultam na acumulação restritiva e excessiva de capital e de propriedade o que não se adequa a um ambiente de concorrência leal e saudável e dificulta a participação de todos os moçambicanos no desenvolvimento económico do país.
- Reconhecemos também que o quadro legal moçambicano sobre a concorrência e a dinâmica económica que o país atravessa, propicia a ocorrência de tais práticas que na verdade prejudicam o consumidor, quer em termos de preços como no que concerne à qualidade e natureza dos produtos e serviços oferecidos.

O trabalho que vem sendo realizado pelo Governo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre o desenvolvimento regulamentação do regime da concorrência em Moçambique, tem assim como corolário este seminário de debate público sobre a proposta de lei da concorrência.

Minhas senhoras,

Meus senhores

A construção dos alicerces para a criação de um quadro legal e institucional forte, permitirá:

- Que o País alcance níveis de competitividade aceitável e que promova a transparência, equidade e previsibilidade de justiça socioeconómica;
- Que sejam estabelecidas instituições independentes, autónomas e credíveis capazes de monitorar o processo de regulamentação da concorrência;
- Que seja promovido o respeito pelas boas práticas comerciais;
- e
- Que seja criada a capacidade interna para competir no mercado internacional.

O apoio dos parceiros de cooperação internacional, dos académicos, das diferentes associações, dos sindicatos, do sector privado e público, dos políticos e de todos os moçambicanos é fundamental para que possamos alcançar a almejada situação da institucionalização do regime geral de concorrência.

Por isso, o Governo continua a privilegiar o diálogo, a participação activa e abrangente de todos os actores neste processo, na perspectiva de que a Lei da Concorrência contribua para a melhoria da vida dos moçambicanos.

O debate sobre a proposta de lei de concorrência apresenta-se pois, como uma oportunidade para que todos contribuam com o seu saber para a criação do instrumento que irá impulsionar o estabelecimento de um ambiente concorrencial efectivo e credível assim como uma estrutura jurídico-administrativa necessária para impulsionar a eficiência dos mecanismos de mercado, garantindo o avanço tecnológico e a inovação rumo ao crescimento e desenvolvimento económico sustentável de Moçambique.

Outrossim, apresenta-se como um debate oportuno rumo a uma integração regional que já se vai tornando realidade e que nos remete ao aprimoramento de políticas e instrumentos jurídico-administrativos para, cada vez mais tirarmos vantagens das sinergias regionais.

Minhas senhoras,

Meus senhores

Um ambiente económico competitivo será o garante do surgimento de mais oportunidades de investimento e melhor distribuição da riqueza aos moçambicanos e a todos os intervenientes no processo de desenvolvimento nacional.

Assim, desejo que nestes dois dias, todos se empenhem afincadamente na busca de consenso sobre um instrumento regulador que seja consentâneo com as políticas sectoriais e que reflecta a realidade socioeconómica do país.

Para aqueles que se deslocaram à nossa capital desejo que nos intervalos do trabalho aproveitem para desfrutar da nossa hospitalidade e que tenham um tranquilo regresso a casa.

Declaro aberto o seminário de debate sobre a proposta de Lei de Concorrência em Moçambique.

Muito obrigado

Maputo, aos 14 de Fevereiro de 2008